



# **PORTO SEGURO**

**SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.**

A  
**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB/AM**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS**  
MD. PREGOEIRO

## **PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2018**

**PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 19.188.733/001-20, estabelecida na Rua Iris, nº. 178 Bairro: Tarumã, nesta Capital, por seu representante legal infra-assinado, vem, com fulcro no **item 12.1 do Edital** à presença de Vossa Senhoria com o devido respeito e acatamento, em tempo hábil, a fim de:

# **IMPUGNAR**

Os termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

## **II – DOS FATOS**

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo edital, conforme documento anexo.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com as divergências em diversos itens do edital em epigrafe conforme relataremos a seguir:



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

### 1. ITEM 9.3.4 DO EDITAL LETRA “A”

O Edital em seu item 9.3.4 Letra “A” exige o documento de Renovação/Revisão anual do Alvará de Funcionamento senão vejamos abaixo:

### 9.3.4 Relativo à Qualificação Técnica

- c) Renovação/Revisão anual do Alvará de Funcionamento de que trata o item anterior, em conformidade com o § 7.º do art. 32 do Decreto n.º 89.056/1983, alterado pelo Decreto n.º 1.592/1995.

Ocorre nobre Julgador, que a Autorização de Funcionamento é valida por 12 (doze) meses e deve-se fazer a Revisão Anualmente. Porém, após ser dada entrada no processo de Revisão junto ao GESP da Policia Federal pode ocorrer de vencer a Revisão antes de ser publicada a nova. Caso isso ocorra esse vencimento, a Policia Federal emite DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO E REGULARIDADE DE EMPRESA onde informa que a empresa está autorizada a funcionar normalmente, senão vejamos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

### DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO E REGULARIDADE DE EMPRESA

AMAZONAS, está com o Alvará de Funcionamento vencido desde 17/01/2018, porém encontra-se com processo de Revisão de Alvará de Funcionamento em trâmite no GESP – Gestão Eletrônica de Segurança Privada desde 16/01/2018 (Processo nº 2018/3191), estando autorizada a funcionar até a decisão final do referido processo.

Observações:

- 1) Declaração expedida eletronicamente após análise dos argumentos apresentados pela solicitante.
- 2) Declaração expedida gratuitamente.
- 3) Os alvarás expedidos pelo Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos terão validade de um ano, a partir da data de sua publicação no DOU, autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da federação para a qual foram expedidos.



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

Como se pode observar, ao deixar de aceitar a referida Declaração de Empresas que estão em processos de Revisão de Funcionamento da Polícia Federal incorrerá em grave erro, pois a Polícia Federal é o órgão regulador e faz a emissão da referida declaração informando que a Empresa está Autorizada a funcionar.

Essa verificação junto a Polícia Federal pode ser feita conforme a seguir:

1. Acesse o portal da DPF: [www.pf.gov.br](http://www.pf.gov.br)

The screenshot displays the official website of the Polícia Federal (PF) of Brazil. The browser's address bar shows the URL [www.pf.gov.br](http://www.pf.gov.br). The website header features the Polícia Federal logo and the text 'Polícia Federal' and 'MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA'. A search bar is located in the top right corner. Below the header, there is a navigation menu with links for 'Quem é quem', 'Perguntas Frequentes', 'Área de Imprensa', and 'Ouvidoria'. The main content area includes a large banner with the text 'PF NAS REDES SOCIAIS' and several news articles. The left sidebar contains a menu with links to 'Academia Nacional de Polícia', 'Acesso à Informação', 'Agenda do Diretor Geral', 'Código de Ética', 'Galeria de Ex-Diretores Gerais', and 'Memória'. The bottom of the page features a navigation bar with links for 'Passaporte', 'Produtos', 'Segurança', and 'Imigração'.



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

2. No lado esquerdo do monitor, procure a seção **SERVIÇOS**

The screenshot shows the website interface with the following elements:

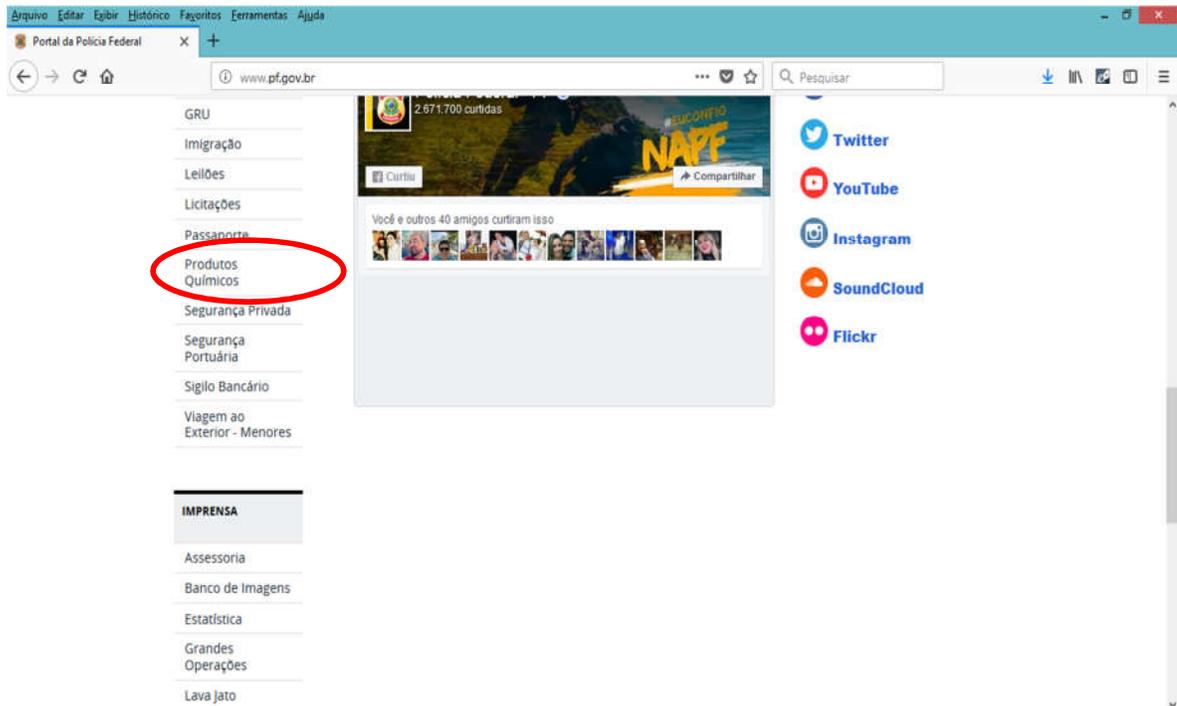
- Header:** "Portal da Polícia Federal" and "www.pf.gov.br".
- Navigation:** "SERVIÇOS" is highlighted in a red circle in the left sidebar.
- Main Content:** Four columns for "Passaporte", "Produtos Químicos", "Segurança Privada", and "Imigração".
- Sidebar:** A list of services including "Acordos de Cooperação", "Adoção Internacional", "Antecedentes Criminais", "Aposentados/Pensionistas", "Armas", "Carta de Serviços", "Concursos", "Desaparecidos", "GRU", "Imigração", "Leilões", "Licitações", "Passaporte", "Produtos Químicos", and "Segurança Privada".
- Social Media:** A section titled "Siga a PF" with links for Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, and SoundCloud.

3. Na seção **SERVIÇOS**, procure a subseção: **SEGURANÇA PRIVADA** e dê um clique.

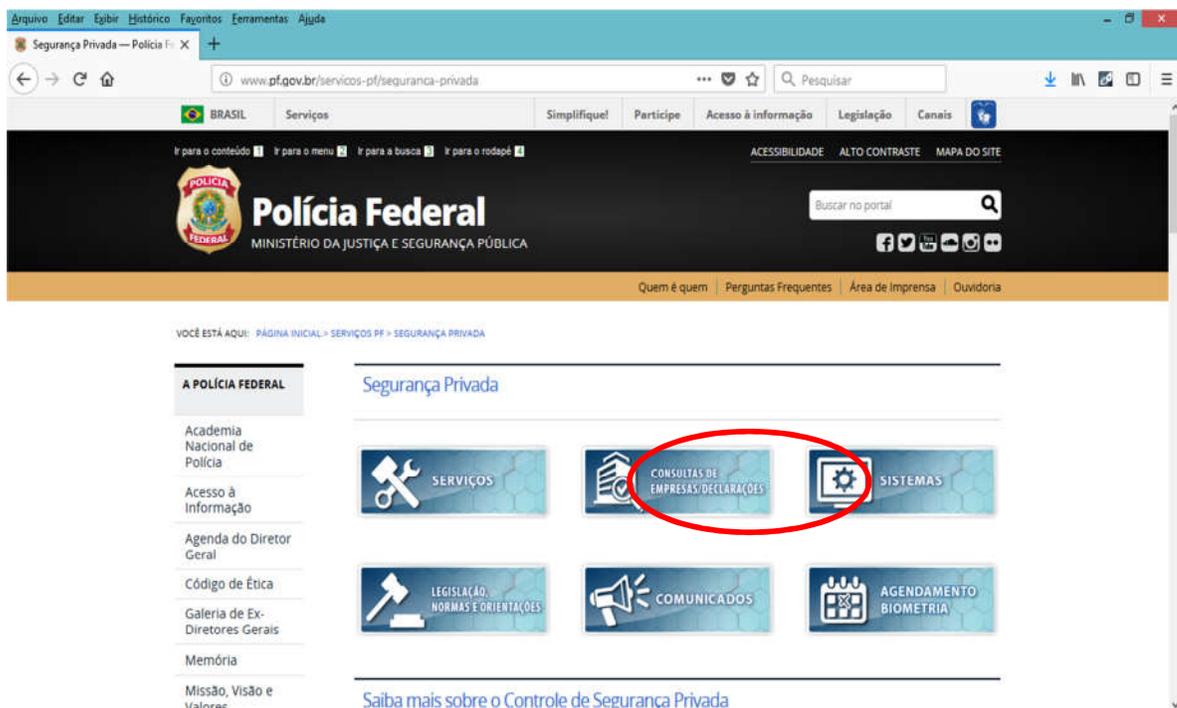


# PORTO SEGURO

SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.



4. Dentro da área de SEGURANÇA PRIVADA, procure **CONSULTA DE EMPRESAS/DECLARAÇÕES** e dê um clique.





# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

5. Dentro da área de **CONSULTA DE EMPRESAS/DECLARAÇÕES**, procure **CONSULTA DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA E DECLARAÇÃO PROCESSUAL**, e dê um clique:

The screenshot shows a web browser window with the URL [www.pt.gov.br/servicos-pt/seguranca-privada/consultas-de-empresas-declaracoes](http://www.pt.gov.br/servicos-pt/seguranca-privada/consultas-de-empresas-declaracoes). The page title is 'CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES'. On the left, there is a sidebar for 'A POLÍCIA FEDERAL' with various links. The main content area lists three consultation options:

- Consulta de Vigilante e Instrutor credenciado para Segurança Privada** (17/03/2014, 07h05)
- Verificador de Autenticidade de CNV (Carteira Nacional de Vigilante)** (17/03/2014, 07h10)
- Consulta de Empresas de Segurança Privada e Declaração Processual** (19/03/2010, 16h25) - This item is circled in red.

The description for the circled item reads: 'Observação: Enquanto a autorização da empresa estiver válida, o resultado dessa consulta é informar a validade da autorização da empresa. Após o vencimento da autorização, caso a empresa possua processo de revisão em andamento, o documento a ser expedido tratará da tempestividade ou não do processo.'

6. Dentro da área de **CONSULTA DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA E DECLARAÇÃO PROCESSUAL**, insira o CNPJ da empresa, insira a código de segurança informado pelo gerador de código e dê um clique:



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Consultar Situação e Regularidade de X +

https://servicos.dpf.gov.br/pgdwebcertificado/public/pages/empresa/...

MJ - Policia Federal

CGCSP - Coordenação Geral de Controle de Serviços e Produtos

GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada

Versão 16.4.0 06/02/2018 08:42

Consultar Situação e Regularidade de Empresa de Segurança Privada

\* CNPJ: \_\_\_\_\_

W Q V K F

\* Informe o Código de Segurança:

\_\_\_\_\_

(\* Campo de preenchimento obrigatório.

Consultar

Copyright Policia Federal - PF, Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI

7. Tão logo seja feito todos esses paços, o próprio site da PF gerará a DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO E REGULARIDADE DE EMPRESA, em arquivo tipo PDF para ser baixado, sem qualquer assinatura ou endereço eletrônico para validação.

## 2. ITEM 9.3.4 DO EDITAL LETRA “i”

Nobre Julgador, esse item está em desacordo com o TCU e com a IN nº 05/2017 senão vejamos a seguir:

**b)** comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

**c)** no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

**c.1.** quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

**c.2.** quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.



# **PORTO SEGURO**

## **SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.**

Conforme se observa acima e de acordo com a quantidade licitada, a Licitante terá que comprovar que prestou serviços em no mínimo 20 vinte postos, porém, no edital não resta claro essa exigência, motivo pelo qual estamos IMPUGNANDO para que seja incluída no Edital tal exigência.

### **3. ITEM 11.1 DAS PLANILHAS DE CUSTOS**

O Edital em seu Item 11.1 informa que as planilhas de custos deverão ser preenchidas conforme a Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, senão vejamos a seguir:

#### **11. DAS PLANILHAS DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

11.1 O modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços está apresentado no ANEXO II, em conformidade com Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de

30/04/2008 e alterações, e sua apresentação é obrigatória juntamente com a Proposta de Preços.

Ocorre Nobre Julgador, que o fato de utilizar a IN/MPOG acima afronta a Legislação em plena vigência, pois desde o ano de 2017 já se encontra uma nova IN sob o nº 05/2017, senão vejamos a seguir:



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o [Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017](#), e o [Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994](#), considerando o disposto na [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), na [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), no [Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997](#), resolve:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

- I - as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;
- II - os critérios e práticas de sustentabilidade; e
- III - o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver.

Diante do exposto, solicitamos que o Edital seja adequado a nova IN que se encontra em plena vigência em atendimento a Legislação vigente e que seja Retificado o ITEM 11.1 do EDITAL, para que o mesmo passe a exigir as planilhas de acordo com a IN Nº 05/2017/MPOG.



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

### 4. ITEM 20.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Edital através do Termo de Referência no Item 20 estipula os valores máximos a serem aceitos no presente certame, senão vejamos a seguir:

#### 20. DO VALOR

20.1 O valor máximo a ser pago por **Posto** deverá observar o da PORTARIA Nº- 7, DE 13 DE ABRIL DE 2015, atualizado em 17/05/2017:

Local	Quant. Postos / Escala	Valor mensal (1 posto) R\$	Subtotal mensal R\$
Sede SUREG-AM	01 Posto (44h – diurno 07:30 às 16:30)	R\$ 4.058,63	R\$ 4.058,63
	02 postos (12X36h – Diurno 6 às 18h)	R\$ 8.471,40	R\$ 16.942,80
	02 postos (12X36h – Noturno 18 às 6h)	R\$ 10.819,48	R\$ 21.638,96
UA/Manaus	02 postos (12X36h – Diurno 6 às 18h)	R\$ 8.471,40	R\$ 16.942,80
	02 postos (12X36h – Noturno 18 às 6h)	R\$ 10.819,48	R\$ 21.638,96
UA/Humaitá	01 posto (12X36 – Diurno 6 às 18h)	R\$ 8.471,40	R\$ 8.471,40
	01 posto (12X36 – Noturno 18 às 6h)	R\$ 10.819,48	R\$ 10.819,48
<b>Valor Total Mensal</b>			R\$ 100.513,03
<b>VALOR GLOBAL ANUAL</b>			R\$ 1.206.156,36

Ocorre que os valores acima estipulados como máximo, estão abaixo do mínimo dos valores previstos pela Portaria do MPOG de 08/06/2018 para o Estado do Amazonas, senão vejamos a seguir:

#### VALORES LIMITES DE VIGILÂNCIA E LIMPEZA - AMAZONAS

#### VIGILÂNCIA

Valores limites Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Vigilância – (R\$) 08/06/2018						
Unidade da Federação	Posto 12X36 h DIURNO		Posto 12X36 h NOTURNO		Posto 44 h SEMANAIS	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
AM	R\$ 8.890,68	R\$ 9.660,01	R\$ 10.714,72	R\$ 11.643,25	R\$ 4.883,83	R\$ 5.360,26



# **PORTO SEGURO**

## **SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.**

Ora, Nobre Julgador, o Edital estipula o valor Máximo abaixo do valor mínimo da Portaria do MPOG conforme demonstramos e comprovamos acima, motivo pelo qual os valores do Edital devem ser corrigidos e adequados a Portaria do MPOG 2018.

### **II – DA ILEGALIDADE**

De acordo com o §1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8.666/93, é vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Como se não bastasse, os itens objurgados fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

A Lei nº 8.666/93 estabelece que a licitação tem a finalidade de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de outros que lhes são correlatos.



# PORTO SEGURO

## SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA.

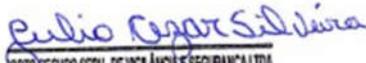
### II – DO PEDIDO

Em face ao exposto, requer-se seja a presente **IMPUGNAÇÃO** julgada totalmente procedente, com efeito para:

1. Declarar-se nulo os itens atacados;
2. Adicionar no item 9.3.4 do Edital a previsão de aceite de Declaração de Situação e Regularidade da Empresa da Policia Federal caso a Empresa esteja em processo de Renovação de Autorização de Funcionamento;
3. Adequar o Edital a IN nº 05/2017 – MPOG;
4. Retificar o ITEM 9.3.4 Letra “i” a fim de adequar a Legislação vigente;
5. Atualizar os valores máximos aceitos no certame, considerando que está abaixo do mínimo estabelecido pela Portaria do MPOG 2018;
6. Suspender a presente licitação ate que sejam corrigidos os itens atacados do Edital;
7. Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93.

N. termos,  
P. deferimento.

Manaus, 18 de Junho de 2018.

  
PORTO SEGURO SERV. DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
Julio Cozer Lima Silveira  
SÓCIO - ADMINISTRADOR  
CPF: 816.889.112-80